

**Oferta de Referência de
Produtos do Atacado (ORPA) –
Infraestrutura Passiva
Dutos e Subdutos**

Contrato N.º CO/OI/RO/XXX/20XX

**CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE
INFRAESTRUTURA PASSIVA DE REDE EXTERNA
BÁSICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A OI E A
CONTRATANTE**

Oi S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sucessora por incorporação da **TELEMAR NORTE LESTE S.A., EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** e da **OI MÓVEL S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua do Lavradio, 71, 2º andar, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob N.º 76.535.764/0001-43.

V.TAL - REDE NEUTRA DE TELECOMUNICACOES S.A., nova denominação social da **BRASIL TELECOM COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 27º andar, conjunto 2701, Torre Oeste, Centro Empresarial Nações Unidas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.041.460/0001-93

Oi S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e **V.TAL - REDE NEUTRA DE TELECOMUNICACOES S.A.** doravante serão denominadas “**CONTRATADA**”

E, de outro lado,

OPERADORA TELECOM, pessoa jurídica de direito privado, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**.

A **CONTRATADA** ou a **CONTRATANTE** isoladamente serão a seguir denominadas individualmente Parte e, quando em conjunto, Partes.

- (i) Considerando que a **CONTRATADA** pertence ao Grupo com Poder de Mercado Significativo (“PMS”) em Mercado Relevante de Infraestrutura Passiva de Dutos e Subdutos, de acordo com determinação da ANATEL, nos termos do Ato n.º 5.513, de 23 de julho de 2018;
- (ii) Considerando que a **CONTRATANTE** é Prestadora de Serviço de Telecomunicações de Interesse Coletivo, conforme a Autorização exarada por meio de Ato emitido pela ANATEL.

Resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato consiste em estabelecer as condições de compartilhamento de infraestrutura (“Compartilhamento”) relativa à capacidade excedente da Infraestrutura da Rede Básica Externa Subterrânea de Dutos e Subdutos, pertencente à **CONTRATADA** (“Infraestrutura da Rede Subterrânea”), disponível nos municípios onde a **CONTRATADA** é considerada como pertencente a grupo detentor de PMS, para uso da **CONTRATANTE**, sem implicar transferência de propriedade, controle ou gestão da infraestrutura cedida, que permanece sob domínio e propriedade exclusiva da **CONTRATADA**.

1.1.1. O Compartilhamento se dará por segmento da Infraestrutura da Rede Subterrânea (“Segmento”), constituído dos seguintes elementos:

- 1.1.1.1. Caixa Ponta A - Caixa Subterrânea da Infraestrutura da Rede Subterrânea na qual a **CONTRATANTE** faz a abordagem inicial com a sua rede;
- 1.1.1.2. Caixa Ponta B - Caixa Subterrânea da Infraestrutura da Rede Subterrânea abordada pela **CONTRATANTE** para continuidade na sua rede;
- 1.1.1.3. Caixas Subterrâneas intermediárias entre a Ponta A e a Ponta B;
- 1.1.1.4. Dutos;
 - 1.1.1.4.1. São utilizadas valas para instalação dos dutos compartilhados.
 - 1.1.1.4.2. Poderão ser instalados subdutos (condutos) nos dutos, visando a otimização da infraestrutura compartilhada.
- 1.1.2. O Compartilhamento do Segmento é medido em quilômetro (km) linear pela soma das distâncias sequenciais entre os centros geométricos da Ponta A, Caixas Subterrâneas intermediárias e Ponta B multiplicada pela quantidade de dutos compartilhados para a **CONTRATANTE**.
- 1.2. Integram o presente Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes Anexos:
 - 1.2.1. ANEXO I – Procedimentos Técnico-operacionais
 - 1.2.2. ANEXO II – Formulário de Solicitação de Compartilhamento de Infraestrutura de Rede Básica Externa Subterrânea
 - 1.2.3. ANEXO III - Termo de Liberação ou Desocupação de Infraestrutura Passiva
- 1.3. Sempre que houver atualização dos Anexos, a nova versão será encaminhada para **CONTRATANTE** e passará a ser parte integrante do presente **CONTRATO**.
- 1.4. Em caso de divergência entre os Anexos e o presente **CONTRATO**, este prevalecerá em sua íntegra sobre aqueles.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DEFINIÇÕES

- 2.1. Para fins de interpretação do presente instrumento, serão consideradas as seguintes definições:
 - 2.1.1. Rede Básica Externa Subterrânea: conjunto de cabos, emendas, distribuidores e equipamentos de telecomunicações, externos às Estações de Telecomunicações, destinados a interligar as mesmas à Rede de Acesso Predial;
 - 2.1.2. Infraestrutura da Rede Subterrânea: é a infraestrutura de suporte à Rede Básica Externa Subterrânea, constituída por Linhas de Dutos e Condutos e Caixas Subterrâneas;
 - 2.1.3. Caixas Subterrâneas: caixas de alvenaria ou concreto construídas sob o solo que têm por finalidade permitir o puxamento dos cabos, abrigar emendas, derivar cabos, receber equipamentos e permitir a realização de atividades em seu interior.
 - 2.1.4. Linhas de Duto: conjunto de dutos, interligando as Caixas Subterrâneas.
 - 2.1.5. Condutos (Subdutos): em geral apresentados na quantidade de dois, quatro ou sete, com diâmetro menor que o diâmetro dos Dutos, são utilizados para segmentação dos Dutos, visando a otimização do uso da infraestrutura;
 - 2.1.6. Valas: escavação utilizada para a instalação dos dutos objeto de compartilhamento neste Instrumento.

- 2.1.7. Projeto de Instalação: contém o detalhamento da ocupação, incluindo o nome dos logradouros, considerando os diversos Segmentos com a identificação da metragem e a identificação e a quantidade das Caixas Subterrâneas.
- 2.1.8. Supervisão de Instalação: acompanhamento em campo, por equipe designada pela **CONTRATADA**, dos serviços e das atividades a serem executadas pela **CONTRATANTE** na execução do projeto de instalação aprovado pela **CONTRATADA**.
- 2.1.9. Vistoria e Análise: avaliação em campo, por equipe designada pela **CONTRATADA**, para avaliação dos itens objeto de pedido de compartilhamento pela **CONTRATANTE**.
- 2.1.10. Visita Improdutiva: a impossibilidade ou impedimento do técnico da **CONTRATADA** realizar a Supervisão de Instalação ou qualquer outra atividade que possa demandar acompanhamento da **CONTRATADA**, em decorrência de ato ou omissão de responsabilidade da **CONTRATANTE**.
- 2.1.11. Rede de Acesso Predial: É o elemento de rede da Operadora que interliga a sua Rede Básica Externa, de forma dedicada, ao Distribuidor Geral (DG) de um condomínio ou Ponto de Terminação de Rede (PTR) de um domicílio.
- 2.1.12. Infraestrutura de Acesso Predial: é a infraestrutura de suporte das Redes de Acesso Prediais, que pode ser utilizada de forma conjunta pelas operadoras para atendimento dedicado a condomínios e domicílios de usuários dos serviços de telecomunicações.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 3.1. O Compartilhamento de cada Segmento, bem como a devolução, expansão, redução ou mudança do Segmento originalmente contratado, deve ser solicitado pela **CONTRATANTE** de acordo com os procedimentos definidos no ANEXO I – Procedimentos Técnico-operacionais e por meio do ANEXO II – Formulário de Solicitação de Compartilhamento de Infraestrutura de Rede Básica Externa (“Formulário”), que passará a integrar o presente Contrato.
- 3.2. Uma vez assinado o presente Contrato por ambas as Partes e após a **CONTRATANTE** realizar o pedido de compartilhamento conforme item “1. SOLICITAÇÃO DE COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTUTURA” do ANEXO I – Procedimentos Técnico-operacionais, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar à **CONTRATANTE** o estudo de disponibilidade de capacidade excedente (“Estudo de Disponibilidade”), indicando a possibilidade ou não de atendimento à solicitação (“Resposta da Solicitação”).
 - 3.2.1. O Estudo de Disponibilidade deverá ser apresentado pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data do recebimento do Formulário corretamente preenchido.
 - 3.2.1.1. No decorrer do estudo de disponibilidade, a **CONTRATADA** avaliará se, para os trechos solicitados, houve vistoria prévia com resposta conclusiva sobre disponibilidade, caso em que esse resultado será considerado para resposta a pedidos de compartilhamento posteriores.
 - 3.2.2. O atendimento à solicitação de compartilhamento está condicionado ao resultado registrado no Estudo de Disponibilidade, que será realizado pela **CONTRATADA**, excetuando-se os testes de passagem.
 - 3.2.3. No Estudo de Disponibilidade não será considerada capacidade excedente e, portanto, não será passível de compartilhamento, Dutos que se enquadrem nas exceções elencadas no § 4º do art. 5º; da Resolução n º 683, de 05 de outubro de 2017, em especial:

- 3.2.3.1. Dutos ocupados por cabos da **CONTRATADA** ou de terceiros que já tenham contratado o compartilhamento ou estejam em negociação;
- 3.2.3.2. Dutos ocupados por fibras da **CONTRATADA**;
- 3.2.3.3. Subdutos já utilizados pela **CONTRATADA**;
- 3.2.3.4. Subdutos reservados para manobra de manutenção;
- 3.2.3.5. Dutos que atendam ao *backbone* nacional da **CONTRATADA** e às estações definidas e classificadas pela ANATEL como de Infraestrutura Crítica (SIEC); e
- 3.2.3.6. Dutos com previsão de utilização para expansão da rede da **CONTRATADA**.
- 3.2.4. Para ser viável o compartilhamento do subduto da **CONTRATADA**, é necessário que, no duto em que se localiza, existam ao menos dois subdutos vagos, considerando a necessidade de se reservar um subduto sempre para fins de manobra de manutenção. Nesse sentido, o Duto sempre deverá ter um subduto desocupado, mesmo após o compartilhamento.
- 3.2.5. Na hipótese de resposta positiva quanto à possibilidade de compartilhamento, mas sobrevivendo situações emergenciais de manutenção de rede, a **CONTRATADA** não poderá garantir a reserva da disponibilidade do item solicitado, podendo tal disponibilidade não ser confirmada durante a vistoria da **CONTRATANTE**, de acompanhamento facultativo pela **CONTRATADA**, à título de pré-projeto, citada no item 3.3 deste Contrato.
- 3.3. Realizado o Estudo de Disponibilidade, e mediante sinalização por parte da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, vistoriar a infraestrutura solicitada e apresentar, por escrito, à **CONTRATADA**, o respectivo Projeto de Instalação, obedecendo aos padrões definidos no ANEXO I – Procedimentos Técnico-operacionais, inclusive sinalizando eventuais obstruções no Segmento, observando-se, contudo, a impossibilidade de reserva conforme preceituado no item 3.2.5 deste Contrato.
 - 3.3.1. A vistoria deverá ser solicitada à **CONTRATADA** com no mínimo de 10 (dez) dias úteis de antecedência.
 - 3.3.2. Salvo manifestação expressa pela **CONTRATADA**, a referida visita deverá ser acompanhada pela **CONTRATADA**;
 - 3.3.3. Decorrido o prazo previsto no item 3.3 sem que a **CONTRATANTE** apresente o Projeto de Instalação, a **CONTRATADA** poderá liberar a infraestrutura para outro fim, devendo a **CONTRATANTE** apresentar novo Formulário, caso mantenha interesse na mesma.
- 3.4. A **CONTRATADA** deverá avaliar o Projeto de Instalação em até 30 (trinta) dias, úteis, após o seu recebimento por escrito.
 - 3.4.1. Caso a **CONTRATADA**, justificadamente, não aprove o Projeto de Instalação apresentado, a **CONTRATANTE** deverá realizar as alterações necessárias recomendadas pela **CONTRATADA** e submeter, em até 15 (quinze) dias, um novo Projeto de Instalação à aprovação desta, que observará o prazo previsto no item 3.4 acima para resposta. Tal procedimento deverá ser observado até a aprovação final e integral do Projeto de Instalação pela **CONTRATADA**, mediante comunicado formal de aprovação, constituído pelo Termo de Liberação ou Desocupação de Infraestrutura Passiva, conforme modelo do ANEXO III.
 - 3.4.1.1. O Termo de Liberação ou Desocupação de Infraestrutura Passiva deverá ser incorporado ao Contrato, mediante assinatura de Termo Aditivo entre as Partes, representando a efetiva contratação do Segmento para utilização pela **CONTRATANTE**.

- 3.4.1.2. A partir da data de assinatura do Termo Aditivo referido no item 3.4.1.1 acima, o item de infraestrutura estará disponível e a **CONTRATANTE** poderá dar início à sua ocupação, realizando, às suas expensas, as obras necessárias constantes do referido Projeto de Instalação.
- 3.5. Caso seja identificada a existência de Dutos obstruídos, a **CONTRATADA** deverá apresentar um Projeto Especial, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do envio, pela **CONTRATANTE**, de notificação de existência de obstrução, para viabilizar o compartilhamento, no qual serão definidos os custos e demais ônus decorrentes da execução do referido projeto, os quais correrão por conta da **CONTRATANTE**.
- 3.5.1.1. A efetiva disponibilização do compartilhamento está condicionada ao aceite do Projeto Especial, inclusive prazos e pagamento de valores nele previstos.
- 3.5.1.2. Não havendo aceite da **CONTRATANTE** ou pagamento dos valores no prazo de 15 (quinze) dias, constados da apresentação do Projeto Especial pela **CONTRATADA**, a solicitação de compartilhamento da **CONTRATANTE** será considerada cancelada.
- 3.5.1.3. Uma vez realizado e comprovado o pagamento pela **CONTRATANTE**, após executado o Projeto Especial, a **CONTRATADA** realizará comunicado formal de aprovação, constituído pelo Termo de Liberação ou Desocupação de Infraestrutura Passiva, conforme modelo do ANEXO III, consoante exposto nos itens 3.4.1.1 e 3.4.1.2 acima.
- 3.6. Caso a quantidade de pedidos de compartilhamento de segmento, no mês, ultrapasse 5% (cinco por cento) do total de segmentos cadastrados, por município, no SNOA, os prazos para resposta serão revistos pela **CONTRATADA**.
- 3.7. Caso a **CONTRATANTE** deseje otimizar a utilização da infraestrutura, com a instalação de subdutos, as obras de implantação ou retirada dos subdutos só poderão ser executadas pela **CONTRATADA**, que deverá apresentar orçamento para aprovação da **CONTRATANTE**, que assumirá plenamente o custo.
- 3.7.1. Fica facultado à **CONTRATADA**, no caso de impossibilidade de realizar as obras de implantação ou retirada de subdutos, autorizar expressamente a **CONTRATANTE** a executar a obra sob a sua responsabilidade exclusiva e devendo seguir as determinações técnicas da **CONTRATADA**.
- 3.7.1.1. A **CONTRATANTE**, desde já, concorda que, independentemente do disposto no subitem 3.7.1 acima, os subdutos objeto de implantação pela **CONTRATANTE** serão de propriedade exclusiva da **CONTRATADA**, não possuindo a **CONTRATANTE** quaisquer direitos sobre estes, senão os previstos neste instrumento.
- 3.7.2. O início do período de apuração para efeito de cobrança pelo uso do Segmento compartilhado terá início 05 (cinco) dias após a liberação do respectivo uso, conforme estabelecido no item 3.4.1.2 acima.
- 3.7.3. A **CONTRATANTE** deverá encaminhar à **CONTRATADA** uma solicitação formal, informando o cronograma de obra, listagem de pessoal (inclusive subcontratados) e responsável técnico pela referida obra, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.
- 3.7.4. A **CONTRATANTE** é responsável pela obtenção de todas as licenças necessárias junto aos órgãos públicos (municipais, estaduais e federais) para execução do projeto apresentado, bem como todos os custos inerentes a estes licenciamentos.
- 3.7.5. Todos os serviços executados pela **CONTRATANTE** deverão seguir rigorosamente os procedimentos previstos no Anexo I – Procedimentos Técnicos

Operacionais e caso sejam identificadas irregularidades a **CONTRATANTE** será notificada, ficando a **CONTRATADA** autorizada à retirada dos equipamentos instalados.

- 3.8. Qualquer alteração no Compartilhamento existente, inclusive ampliação ou instalação de equipamentos, por solicitação da **CONTRATANTE**, que envolva mudança nas características do mesmo, será objeto de um novo Formulário, a ser apresentado pela **CONTRATANTE**, e de novo Estudo de Disponibilidade por parte da **CONTRATADA**, seguindo-se todos os procedimentos e prazos previstos nesta **CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**.
- 3.9. Ao final do prazo de vigência de contratação de um Segmento e não convindo à **CONTRATADA** a permanência de quaisquer benfeitorias ou modificações feitas pela **CONTRATANTE** nos itens de infraestrutura da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** deverá removê-las às suas custas, deixando a referida infraestrutura no estado em que se encontrava antes do Compartilhamento, correndo todas as despesas que para tal se façam necessárias por conta da **CONTRATANTE**, salvo os casos previamente acordados entre as Partes.
- 3.10. A **CONTRATANTE** não terá quaisquer direitos de retenção ou indenização por obras ou benfeitorias por ela realizadas para a adequação da infraestrutura às suas necessidades, podendo livremente retirar seus equipamentos ou benfeitorias do Segmento, desde que, não impossibilite o uso nem seja diminuída a capacidade de uso da infraestrutura envolvida pela **CONTRATADA**.
- 3.11. À **CONTRATANTE** é expressamente vedada a utilização de qualquer Segmento sem aprovação prévia da **CONTRATADA**, estando sujeita às penalidades previstas no Código Penal, além da imediata retirada dos itens que forem inseridos sem a autorização prévia da **CONTRATADA**.
- 3.12. A **CONTRATANTE** é expressamente vedada a instalação de cabos para transmissão de energia elétrica nos itens objeto de compartilhamento.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS DAS PARTES

- 4.1. Constituem obrigações comuns às Partes, além de outras previstas neste Contrato:
- 4.1.1. comunicar imediatamente à outra Parte sobre quaisquer anormalidades ou alterações relevantes detectadas no Compartilhamento que possam afetar a outra Parte, devendo formalizar as informações em até 24 (vinte e quatro) horas após a referida comunicação;
 - 4.1.2. executar os procedimentos de sua responsabilidade definidos neste Contrato e no ANEXO I – Procedimentos Técnico-operacionais e atentar aos prazos previstos nesses instrumentos; e
 - 4.1.3. executar o presente Contrato de forma a atender aos parâmetros de qualidade e às obrigações associadas às concessões, permissões ou autorizações outorgadas pelo Poder concedente para prestação dos respectivos serviços, os quais não devem ser comprometidos pelo Compartilhamento da infraestrutura objeto deste Contrato.
 - 4.1.4. Indenizar a outra Parte somente pelos danos diretos, desde que devidamente comprovados, que causar aos equipamentos e demais itens de infraestrutura dela, por sua culpa ou dolo, ou ainda de seus prepostos, empregados e contratados, bem como qualquer dano direto causado à outra Parte em decorrência desse Contrato que não tenha sido objeto de exclusão neste instrumento.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além de outras previstas neste Contrato:

- 5.1.1. disponibilizar o Compartilhamento, em conformidade com o procedimento e prazo acordado entre as Partes e disposto neste Contrato, inclusive ANEXO I – Procedimentos Técnico-operacionais;
- 5.1.2. permitir o acesso das pessoas designadas pela **CONTRATANTE** à infraestrutura compartilhada, desde que devidamente credenciadas, observando o disposto no ANEXO I – Procedimentos Técnico-operacionais; e
- 5.1.3. informar previamente à **CONTRATANTE** quaisquer alterações em seus procedimentos operacionais e de segurança;

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Constituem obrigações da **CONTRATANTE**, além de outras previstas neste Contrato:

- 6.1.1. encaminhar, através do Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado (SNOA), as solicitações de Compartilhamento por meio do Formulário corretamente preenchido, com as especificações, dados técnicos, características de utilização, prazo de contratação e demais informações necessárias à avaliação do pleito e à formulação de resposta por parte da **CONTRATADA**;
- 6.1.2. Como condição para celebração do presente Contrato, a **CONTRATANTE** disponibilizará à **CONTRATADA**, garantia financeira suficiente para liquidação dos valores referentes a 03 (três) meses de mensalidade referente ao prazo contratual de 05 (cinco) anos e extensão total contratada de até 50 (cinquenta quilômetros).
 - 6.1.2.1. A **CONTRATANTE** apresentará, previamente, a garantia financeira em uma das modalidades previstas abaixo:
 - Carta de Fiança Bancária, emitida por banco de primeira linha;
 - Caução em dinheiro; ou
 - Carta de Fiança Bancária e Caução em dinheiro;
 - 6.1.2.2. A **CONTRATADA** poderá, sempre que julgar necessário, a seu exclusivo critério, exigir a substituição ou o reforço da(s) garantia(financeira(s) fornecida(s), caso a(s) mesma(s) se torne(m) economicamente insuficiente(s).
 - 6.1.2.3. A **CONTRATANTE** se obriga a, no prazo de até 30 (trinta) dias de antecedência do vencimento da(s) Carta(s) de Fiança Bancária, apresentar nova(s) Carta(s) de Fiança substituta(s) ou termo(s) de aditamento à(s) referida(s) carta(s), com a renovação do referido prazo, sob a pena da **CONTRATADA** não mais atender as solicitações.
- 6.1.3. fornecer em qualquer época os esclarecimentos e as informações técnicas do Compartilhamento que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**, visando esclarecer o uso do Compartilhamento retro mencionado;
- 6.1.4. não ceder, seja a que título for, qualquer infraestrutura compartilhada pela **CONTRATADA** para sua ocupação a qualquer terceiro, total ou parcialmente, sem a prévia autorização por escrito da **CONTRATADA**;
- 6.1.5. manter a infraestrutura que esteja sob a sua responsabilidade, por força deste Contrato, no mesmo estado de conservação, acabamento e limpeza em que se encontrava quando de sua disponibilização pela **CONTRATADA**, ressalvado o desgaste natural e a deterioração decorrente do uso normal;
- 6.1.6. executar às suas expensas, obras, serviços ou instalações necessárias à utilização de cada infraestrutura contratada somente após a aprovação do

respectivo Projeto de Instalação e mediante o recebimento do Termo de Liberação ou Desocupação da Infraestrutura Passiva da **CONTRATADA**, além da assinatura do aditivo a que se fez referência no item 3.4.1.1 deste Contrato;

- 6.1.7. assegurar à **CONTRATADA**, por si ou por seus representantes devidamente credenciados, o direito de vistoriar, quando aquela julgar necessário, em conjunto com a **CONTRATANTE**, desde que avisada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, obras, serviços e instalações realizadas ou em realização, vinculados à utilização de cada Segmento, a fim de verificar se estão sendo cumpridas as obrigações assumidas pela **CONTRATANTE**;
- 6.1.8. informar a **CONTRATADA** com, no mínimo, 07 (sete) dias de antecedência, a data, o local e as condições de chegada de equipamentos e materiais destinados ao Compartilhamento contratado;
- 6.1.9. responsabilizar-se integralmente pela execução e pagamento de despesas decorrentes de reparos para conservação e manutenção corretiva e preventiva da infraestrutura associada ao Compartilhamento contratado, quando sob seu exclusivo uso;
- 6.1.10. responsabilizar-se pelo pagamento das despesas decorrentes de multas ou infrações a que der causa por inobservância de quaisquer leis, decretos, regulamentos e ou cláusulas deste Contrato.
 - 6.1.10.1. As despesas decorrentes da obtenção, bem como a responsabilidade de requerimento junto aos órgãos competentes, das licenças, alvarás, certificações e quaisquer outros documentos necessários à execução e à legalização das instalações, obras ou serviços da sua responsabilidade, serão exclusivamente da **CONTRATANTE**;
- 6.1.11. não colocar materiais de divulgação ou de comunicação, de caráter institucional ou mercadológico, na infraestrutura contratada, bem como nas áreas e facilidades de propriedade da **CONTRATADA**, sem a autorização prévia e por escrito desta;
- 6.1.12. garantir que o seu pessoal (empregados, designados ou contratados) destacado para utilização da infraestrutura compartilhada esteja na lista de acesso autorizado com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência e porte, quando do acesso à mesma, identificação visível, conforme procedimento previsto no item 4 do ANEXO I – Procedimentos Técnico-operacionais;
- 6.1.13. corrigir, no prazo máximo de 06 (seis) horas e às suas expensas, quaisquer interferências que eventualmente os equipamentos que esteja utilizando causem aos sistemas da **CONTRATADA** ou de terceiros, no âmbito do Compartilhamento. Caso a correção não seja realizada no prazo supracitado, fica a **CONTRATADA** expressamente autorizada a realizar a adequação necessária para sanar a interferência apontada, sob às expensas da **CONTRATANTE**, sem prejuízo das penalidades aplicáveis, não havendo também necessidade de notificação prévia da **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** a respeito dessa adequação; e
- 6.1.14. executar quaisquer serviços em infraestrutura na rede básica externa da **CONTRATADA** garantindo as condições a seguir.
 - 6.1.14.1. Os serviços sempre deverão ser realizados por profissionais habilitados.
 - 6.1.14.2. Deve ser garantida a integridade física, mecânica, elétrica e funcional dos cabos e outros equipamentos/infraestrutura já instalados.
 - 6.1.14.3. A ocupação máxima dos dutos e caixas deve obedecer às especificações dos mesmos, permitindo espaço para retirada de cabos

existentes e manobras nas caixas.

- 6.1.14.4. Quando ocorrer qualquer dano na rede de outra prestadora durante a execução dos serviços pela **CONTRATANTE**, esta deverá comunicar imediatamente à **CONTRATADA** e assumir todos os ônus para recuperação ou substituição do item afetado ou danificado, obedecendo aos prazos da regulamentação vigente para a recuperação dos defeitos e, ainda, indenizar os prejuízos causados em relação aos serviços prestados pela **CONTRATADA** aos seus usuários.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

- 7.1. Pelo Compartilhamento objeto do presente instrumento a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor mensal referente ao uso dos itens disponibilizados e os valores de Taxa de Esgotamento, Taxa de Limpeza e Taxa de Supervisão.
- 7.2. As taxas de Esgotamento, Limpeza e de Supervisão de Instalação serão cobradas, individualmente, no mês de realização dos eventos ou em outro mês posterior, a critério exclusivo da **CONTRATADA**.
- 7.3. O preço relativo ao uso mensal de cada Segmento, será devido pela **CONTRATANTE**, considerando como início do período de apuração 5 (cinco) dias corridos contados da liberação pela **CONTRATADA** do uso do Segmento, na forma prevista no item 3.5.1.1 deste instrumento.
- 7.3.1. O valor referente ao uso de cada Segmento será proporcional ao número de dias do mês comercial em que este item estará disponível, considerando o mês como sendo de 30 (trinta) dias corridos.
- 7.3.2. O preço relativo ao uso mensal de cada Segmento será devido pela **CONTRATANTE** até 30 (trinta) dias contados do recebimento pela **CONTRATADA** da comunicação da **CONTRATANTE** de desocupação total do mesmo, desde que a referida desocupação seja confirmada pela **CONTRATADA**.
- 7.4. O preço relativo a cada Segmento será calculado com base nos seguintes valores unitários (valores líquidos):
- 7.4.1. Valores mensais por km linear de duto e Caixa Subterrânea disponibilizada e descontos aplicáveis;

| Prazo | R\$/Km linear |
|--------------|----------------------|
| 05 anos | R\$ 74,77 |

- 7.4.2. Para cada Segmento, serão cobradas as seguintes taxas:

| UF | Esgotamento por caixa ¹ | Limpeza por caixa ² | Supervisão de instalação por metro de duto ³ |
|----|------------------------------------|--------------------------------|---|
| AC | R\$ 227,01 | R\$ 1.737,65 | R\$ 3,39 |
| AL | R\$ 276,49 | R\$ 2.116,43 | R\$ 4,13 |
| AM | R\$ 313,14 | R\$ 2.396,97 | R\$ 4,68 |
| AP | R\$ 313,14 | R\$ 2.396,97 | R\$ 4,68 |
| BA | R\$ 276,49 | R\$ 2.116,43 | R\$ 4,13 |
| CE | R\$ 276,49 | R\$ 2.116,43 | R\$ 4,13 |
| DF | R\$ 186,49 | R\$ 1.427,49 | R\$ 2,79 |
| ES | R\$ 210,78 | R\$ 1.613,39 | R\$ 3,15 |
| GO | R\$ 186,49 | R\$ 1.427,49 | R\$ 2,79 |
| MA | R\$ 276,49 | R\$ 2.116,43 | R\$ 4,13 |
| MG | R\$ 210,78 | R\$ 1.613,39 | R\$ 3,15 |
| MS | R\$ 186,49 | R\$ 1.427,49 | R\$ 2,79 |
| MT | R\$ 186,49 | R\$ 1.427,49 | R\$ 2,79 |
| PA | R\$ 313,14 | R\$ 2.396,97 | R\$ 4,68 |
| PB | R\$ 276,49 | R\$ 2.116,43 | R\$ 4,13 |
| PE | R\$ 276,49 | R\$ 2.116,43 | R\$ 4,13 |
| PI | R\$ 276,49 | R\$ 2.116,43 | R\$ 4,13 |
| PR | R\$ 257,75 | R\$ 1.972,96 | R\$ 3,85 |
| RJ | R\$ 399,12 | R\$ 3.055,08 | R\$ 5,96 |
| RN | R\$ 276,49 | R\$ 2.116,43 | R\$ 4,13 |
| RO | R\$ 227,01 | R\$ 1.737,65 | R\$ 3,39 |
| RR | R\$ 313,14 | R\$ 2.396,97 | R\$ 4,68 |
| RS | R\$ 257,75 | R\$ 1.972,96 | R\$ 3,85 |
| SC | R\$ 257,75 | R\$ 1.972,96 | R\$ 3,85 |
| SE | R\$ 276,49 | R\$ 2.116,43 | R\$ 4,13 |
| TO | R\$ 227,01 | R\$ 1.737,65 | R\$ 3,39 |

¹Para projetos com mais de 9 caixas, será aplicado 10% de desconto sobre a Taxa de Esgotamento.

²As taxas de esgotamento e limpeza serão aplicadas quando necessárias.

³Mínimo de 500 metros por projeto.

Definições:

Esgotamento: Desalagamento de caixas subterrâneas para vistoria de verificação de ocupação de duto.

Limpeza: Esgotamento, limpeza de caixa subterrânea com lavagem e desinfecção (limpeza, desinfecção e destinação do material encontrado e gerado no processo).

- 7.5. Caso incida cobrança de custos relativos ao Direito de Passagem no(s) trecho(s) de Dutos a ser(em) compartilhado(s), o mesmo será rateado entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**.

- 7.6. O reajuste dos preços referidos no item 7 acima ocorrerá a cada período de 12 (doze) meses ou em período inferior, desde que não haja impedimento legal, contado a partir de sua data-base (1º. de janeiro de cada ano), limitado à variação do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) ou outro índice reconhecido que o venha a substituir.
- 7.7. Todos os valores previstos neste Contrato são líquidos de tributos, contribuições sociais e demais encargos devidos em virtude do Compartilhamento. A **CONTRATANTE** arcará, ainda, com o ônus financeiro dos tributos, contribuições sociais e encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Contrato e procedimentos associados, inclusive PIS, COFINS ou outro tributo, contribuição ou encargo desta natureza, de acordo com o estabelecido nas legislações tributárias federal, estadual e municipal.
- 7.7.1. Os percentuais aplicáveis ou os valores apurados dos tributos, contribuições sociais e encargos acima mencionados serão cobrados da **CONTRATANTE** juntamente com os valores referentes à prestação do Serviço.
- 7.8. A **CONTRATADA** será responsável pela emissão dos documentos de cobrança pertinentes e pelo recolhimento dos tributos e contribuições sociais incidentes sobre o Compartilhamento, de acordo com a legislação tributária em vigor. Qualquer solicitação da **CONTRATANTE** que acarrete alteração nas características de cada item compartilhado será considerada como nova solicitação para fins de atendimento, e implicará em nova cobrança de Taxa de Supervisão de Instalação.
- 7.8.1. A referida solicitação deverá ser apresentada por meio do Formulário mencionado no item 3.1

8. CLÁUSULA OITAVA - DO FATURAMENTO E CONTESTAÇÃO DE FATURA

- 8.1. O pagamento do preço do Serviço deverá ser feito à **CONTRATADA** até a data de vencimento indicada nas respectivas Notas Fiscais / Faturas (NF/FS), que serão emitidas e enviadas à **CONTRATANTE** com até 10 (dez) dias de antecedência da data de seu vencimento.
- 8.2. Eventuais contestações dos valores apresentados nas NF/FS deverão ser comunicadas e justificadas pela **CONTRATANTE**, por escrito, ou através de sistema eletrônico colocado à disposição da **CONTRATANTE** pela **CONTRATADA**, em até 2 (dois) dias úteis antes da data do respectivo vencimento.
- 8.2.1. No caso de haver alguma contestação dentro do prazo acima citado, a **CONTRATANTE** pagará a importância incontroversa das NF/FS apresentadas pela **CONTRATADA** deduzindo o valor referente à contestação.
- 8.2.1.1. A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da apresentação da contestação, para realizar as devidas apurações e comunicar à **CONTRATANTE** o resultado com as devidas fundamentações. Decorrido este prazo e não havendo qualquer manifestação pela **CONTRATADA**, a contestação apresentada pela **CONTRATANTE** será considerada procedente.
- 8.2.1.2. Caso a contestação seja considerada improcedente pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** pagará na NF/FS do período seguinte o valor equivalente ao montante contestado, acrescido de multa de 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice que venha a substituí-lo.
- 8.2.1.3. Para toda contestação considerada procedente, cujo valor não tenha sido previamente abatido pela **CONTRATANTE** no pagamento da NF/FS, será dado a esta, na emissão de NF/FS do período subsequente, um crédito equivalente ao valor contestado, acrescido de multa de 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção

monetária pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice que venha a substituí-lo.

8.2.1.4. Somente serão consideradas as contestações apresentadas pela **CONTRATANTE** no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após a data de vencimento da NF/FS que lhe deu origem.

8.3. Caso a **CONTRATANTE**, a cada período de 6 (seis) meses, venha a apresentar mais de 2 (duas) contestações julgadas improcedentes, a **CONTRATANTE** a partir da terceira contestação somente poderá fazê-la sem qualquer retenção de valor e o correspondente pagamento integral da fatura contestada e das faturas subsequentes no período de 3 (três) meses.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. O não pagamento das NF/FS na data de seus respectivos vencimentos sujeitará a **CONTRATANTE**, independente de aviso prévio, às seguintes penalidades:

9.1.1. Aplicação de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor da NF/FS em atraso, devida uma única vez, no dia seguinte ao do vencimento, sem prejuízo do valor integral da NF/FS.

9.1.2. Pagamento de juros de mora sobre o valor em atraso, da ordem de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, devido a partir do dia seguinte ao vencimento até a data da efetiva liquidação do débito.

9.1.3. Atualização monetária calculada pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGPDI) da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, devida a partir do dia seguinte ao vencimento até a data da efetiva liquidação do débito.

9.1.4. Proibição de acesso da **CONTRATANTE** à infraestrutura após 30 (trinta) dias do vencimento, sem prejuízo da exigibilidade dos encargos contratuais, ficando o restabelecimento do acesso condicionado ao pagamento do valor integral do débito, acrescidos das respectivas penalidades estabelecidas nos itens anteriores deste contrato.

9.1.4.1. A **CONTRATADA** notificará a **CONTRATANTE** da proibição de acesso referida no item 9.1.4 acima, por escrito, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência da data da efetiva proibição.

9.1.5. Desocupação de todas as infraestruturas compartilhadas após 60 (sessenta) dias do vencimento, sem prejuízo da exigibilidade do débito e da consequente retirada dos meios e equipamentos de propriedade da **CONTRATANTE**, ocasião em que, a exclusivo critério da **CONTRATADA**, este contrato poderá ser considerado rescindido.

9.1.6. Em caso de rescisão contratual a **CONTRATANTE** deverá remover, por sua iniciativa e ônus exclusivo os ativos de sua propriedade instalados na infraestrutura no prazo de 60 (sessenta) dias ou outro acordado expressamente entre as PARTES, contado da data de rescisão, assumindo a responsabilidade por eventuais danos causados.

9.1.6.1. A inércia da **CONTRATANTE** na remoção dos ativos, após o prazo previsto no item 9.6, autorizará a **CONTRATADA** a remove-los, ficando sua devolução condicionada ao pagamento pela **CONTRATANTE**, dos custos de remoção, além das demais penalidades aplicáveis.

9.1.6.2. Os ativos da **CONTRATANTE** que forem retirados da rede da **CONTRATADA** pela própria **CONTRATADA**, ficarão à disposição da **CONTRATANTE** em local a ser estabelecido, sem que a **CONTRATADA** fique responsável por sua guarda e conservação, até que seja

providenciada a sua retirada pela **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, findo o qual a **CONTRATADA** poderá considerar os ativos como abandonados, nos termos do art. 1.275, III do Código Civil, dando a destinação que lhe parecer mais adequada, sem que surja, nesse caso, qualquer direito de indenização à **CONTRATANTE**

- 9.2. A solicitação de desocupação da infraestrutura contratada apresentada antes do término do respectivo prazo contratado sujeitará a **CONTRATANTE** ao pagamento de multa conforme abaixo:

Onde V_{Multa} = Valor da Multa

$$V_{Multa} = V_M \times (N - M) \times 0,333$$

V_M = Valor mensal da infraestrutura desocupada.

N = Número de meses do prazo de contratação da infraestrutura.

M = Número inteiro de meses decorridos entre a data de ocupação da infraestrutura e a data de desocupação antecipada.

0,333 = fator de multiplicação

- 9.3. O valor da multa apurado nos termos do item 9.2 acima será cobrado na respectiva NF/FS do mês subsequente ao da sua apuração.
- 9.4. Caso as atividades de manutenção ou instalação sejam executadas sem o prévio conhecimento da **CONTRATADA**, nos termos previstos na cláusula terceira do ANEXO I – Procedimentos Técnico-operacionais deste Contrato, a **CONTRATANTE** ficará obrigada ao pagamento à **CONTRATADA** de penalidade abaixo:
- 9.4.1. Valor da mensalidade relativa a infraestrutura com relação a qual se deu o descumprimento da obrigação, multiplicado por 2 (dois), na primeira autuação, por 4 (quatro), na segunda autuação e por 6 (seis), na terceira autuação;
- 9.4.2. A partir da quarta autuação, a **CONTRATADA** poderá, a seu critério, considerar o presente Contrato extinto, sem prejuízo da multa prevista no item 9.2, ou aplicar nova penalidade de acordo com os critérios definidos no item 9.4.1, acrescentando 2 (dois) ao fator multiplicador à cada nova autuação, a seu exclusivo critério.
- 9.4.3. Para efeito do disposto nos itens 9.4.1 e 9.4.2 acima, a contagem de autuações se dará sequencialmente, independentemente de ocorrer em um mesmo ou em diversos itens de infraestrutura.
- 9.4.4. O valor da multa apurado nos termos deste item será cobrado na respectiva NF/FS do mês subsequente ao da sua apuração.
- 9.4.5. Não obstante as penalidades previstas acima, a **CONTRATADA** poderá, a qualquer momento, solicitar a desocupação imediata de qualquer segmento de dutos e caixas subterrâneas em que seja identificada ocupação sem prévia aprovação de projeto de instalação.
- 9.5. A **CONTRATADA**, no caso do não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Contrato para a análise da solicitação do compartilhamento de infraestrutura de rede externa básica subterrânea (rede de Dutos), contanto que tal descumprimento seja comprovadamente causado única e exclusivamente por força de suas responsabilidades ou de seus terceiros contratados, excetuando-se aqui, os casos de força maior ou fortuitos, estará sujeita a indenizar a **CONTRATANTE** por prejuízo decorrente de atraso superior a 30 (trinta) dias, o correspondente a 2% (dois por cento) do valor mensal do trecho da rede de dutos envolvido no pedido, *pro rata die*, limitado a 10% (dez por cento) do valor mensal do referido trecho, desde que o trecho da rede de dutos solicitado seja, ainda que com atraso,

verificado viável para o compartilhamento solicitado. A indenização será concedida em forma de créditos sobre os valores praticados na oferta, conforme item 7.5

10. CLAUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 10.1. O presente Contrato poderá ser extinto nos seguintes casos:
- 10.1.1. por distrato, decorrente de acordo entre as Partes;
 - 10.1.2. decretação de falência ou dissolução societária de qualquer das Partes;
 - 10.1.3. denúncia, pela **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, desde que notificada a **CONTRATADA**, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sem prejuízo do disposto no item 9.2 do Contrato;
 - 10.1.4. denúncia, pela **CONTRATADA**, a qualquer tempo, desde que notificada a **CONTRATANTE** com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias;
 - 10.1.5. por descumprimento, por uma das Partes, de quaisquer das obrigações previstas neste instrumento, desde que a parte inocente notifique a parte ofensora para que esta sane tal descumprimento no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do recebimento da notificação e esta não o faça, sem prejuízo das hipóteses expressamente disciplinadas nos itens 9.1.5 e 9.4.2; e
 - 10.1.6. caducidade das Outorgas do último item de infraestrutura contratado.

11. CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. A abstenção do exercício, por qualquer das Partes, de direito ou faculdade que lhes assistam por força deste Contrato, ou a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações da outra Parte, não afetará aqueles direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo a critério exclusivo da Parte que os possui, nem alterará as condições constantes deste Contrato, não importando, portanto, em novação.
- 11.2. Em razão das falhas havidas na operação de uma das Partes, a outra não responderá por perdas e danos, em especial por danos emergentes e lucros cessantes, bem como não indenizará os insucessos comerciais da outra Parte e as reclamações de terceiros ou clientes desta, exceto nos casos em que for comprovada a ação ou omissão deliberada de uma Parte para prejudicar a outra.
- 11.3. Os casos fortuitos ou motivos de força maior serão excludentes de responsabilidade na forma do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.
- 11.3.1. A Parte que for afetada por caso fortuito ou motivo de força maior deverá notificar a outra, de imediato, da extensão do fato e do prazo estimado durante o qual estará inabilitada a cumprir ou pelo qual será obrigada a atrasar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Contrato.
 - 11.3.2. Cessados os efeitos de caso fortuito ou motivo de força maior, a Parte afetada deverá, de imediato, notificar a outra para conhecimento desse fato, restabelecendo a situação original.
 - 11.3.3. Se a ocorrência de caso fortuito ou motivo de força maior prejudicar apenas parcialmente a execução das obrigações oriundas deste Contrato por uma das Partes, a Parte afetada deverá cumprir as obrigações que não tiverem sido afetadas pela ocorrência do caso fortuito ou motivo de força maior.
- 11.4. Cada uma das Partes assume total responsabilidade como único empregador, devendo para tanto cumprir todas as obrigações sociais e trabalhistas, tais como: salário, benefícios sociais, gratificações, encargos sociais e previdenciários, indenizações e quaisquer outros direitos trabalhistas, bem como outras despesas como diárias, transporte, hospedagem e alimentação de seus empregados ou agentes, não persistindo qualquer tipo de

solidariedade ou subsidiariedade entre elas.

- 11.5. Caso os serviços, instalações ou obras relativos a cada item de infraestrutura contratado comprovadamente impliquem desobediência aos procedimentos de acesso às dependências da **CONTRATADA** ou, ainda, caso atentem contra a segurança de pessoas ou bens de terceiros ou da **CONTRATADA**, poderá esta mandar desfazer, refazer ou sustar aqueles serviços, instalações ou obras, ficando estabelecido que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização ou pronunciamento da **CONTRATADA** eximirá a **CONTRATANTE** das suas responsabilidades.
- 11.6. As partes responsabilizar-se-ão pelo planejamento e execução de todas as atividades que, por força deste Contrato e de atos normativos emanados do ente regulador do setor de telecomunicações, lhes sejam afetos, de maneira a salvaguardar, convenientemente, o pessoal, de ambas as partes e terceiros, contra acidentes, bem como evitar prejuízos a bens das partes e/ou de terceiros.
- 11.7. As comunicações entre as partes referentes ao presente Contrato deverão ser sempre efetuadas por escrito, através de seus respectivos responsáveis pelo Contrato.
- 11.7.1. Cada parte deverá fornecer à outra, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de assinatura deste instrumento, o endereço, com indicação do local para onde deverão ser enviadas as correspondências relativas ao presente Contrato, bem como a indicação do gestor responsável pelo Contrato.
- 11.8. A prestação de outros serviços utilizando as facilidades cedidas e não cobertas pelo objeto do presente Contrato será realizada mediante a assinatura de contrato específico entre as partes, obedecidas as normas vigentes para o serviço pretendido.
- 11.9. A **CONTRATADA** se reserva o direito de substituir qualquer equipamento de sua propriedade ou posse legal, bem como o meio de acesso, sempre que conveniente ou necessário à prestação dos serviços, ou à preservação e melhoria de sua qualidade técnica, mediante notificação prévia para a **CONTRATANTE**, garantido o regular cumprimento do objeto deste Contrato. Caso a alteração citada no presente item seja necessária para o regular cumprimento do contrato ou caso a substituição também seja de interesse da **CONTRATANTE** os valores envolvidos serão rateados proporcionalmente com a **CONTRATANTE**.
- 11.10. Os bens e equipamentos eventualmente cedidos pela **CONTRATADA** e sob a guarda da **CONTRATANTE** são insuscetíveis de penhora, arresto, sequestro e outras medidas de execução e ressarcimento de exigibilidade da **CONTRATANTE** perante terceiros, sendo responsável a **CONTRATANTE**, direta ou indiretamente, pelas despesas que se fizerem necessárias para desoneração dos bens e equipamentos eventualmente gravados com as condições referidas.
- 11.11. A parte que, comprovadamente, causar danos às instalações e equipamentos da outra parte, especialmente nas fases de pré-instalação, instalação, operação e desativação dos equipamentos, será responsável pelo ressarcimento desses danos diretos, limitado ao valor de mercado para a reposição dos equipamentos e instalações danificadas.
- 11.12. As partes acordam que sobre os valores devidos em função do objeto do presente Contrato não será admitida qualquer retenção ou compensação de valores oriundos de outros acordos firmados pelas partes, ainda que líquidos, certos e exigíveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBROGAÇÃO

- 12.1. Não obstante o disposto na Cláusula Décima Oitava, nenhuma Parte poderá ceder e de nenhuma outra forma transferir, total ou parcialmente, o presente Contrato, ou quaisquer direitos decorrentes deste, sem o consentimento por escrito da outra Parte, ressalvados os casos de transferência resultante de reestruturação societária e outras formas de fusão, cisão ou incorporação de qualquer das Partes, devidamente homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

- 12.2. A cessão ou transferência parcial ou total do presente Contrato ou de quaisquer direitos dele decorrentes, não eximirá a Parte Cedente de quaisquer de suas responsabilidades ou obrigações derivadas deste Contrato, exceto nos casos de reestruturação societária e outras formas de fusão, cisão ou incorporação de qualquer das Partes, devidamente homologado pela ANATEL.
- 12.3. O presente Contrato obriga as Partes por si e seus sucessores. Em caso de reestruturação societária de qualquer das Partes, dentro das modalidades previstas na legislação societária aplicável, a entidade sucessora obrigatoriamente se sub-roga em todos os direitos e obrigações assumidas neste Contrato.
- 12.4. Não será permitido à **CONTRATANTE** a sublocação ou cessão a terceiros de qualquer Compartilhamento de infraestrutura, exceto quando expressamente autorizado pela **CONTRATADA**.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE

- 13.1. Todas as informações relacionadas a este Contrato, reveladas por uma Parte (“Parte Reveladora”) à outra (“Parte Receptora”), serão consideradas Informações Confidenciais e de propriedade da Parte Reveladora, devendo ser protegidas por ambas as Partes, conforme previsto nesta Cláusula.
 - 13.1.1. Informações Confidenciais devem significar, sem se limitar, toda e qualquer informação, patenteada ou não, de natureza técnica, operacional, comercial, jurídica, *know-how*, invenções, processos, fórmulas e *designs*, patenteáveis ou não, planos de negócios (*business plans*), métodos de contabilidade, bem como técnicas e experiências acumuladas, transmitidas pela Parte Reveladora:
 - (a) por qualquer meio físico (e.g., documentos impressos, manuscritos, mensagens eletrônicas (e-mail), fotografias, etc.);
 - (b) por qualquer forma registrada em mídia eletrônica ou qualquer outro meio magnético;
 - (c) verbalmente;
 - (d) resumos, anotações e quaisquer comentários, verbais ou escritos, ou
 - (e) que, devido às circunstâncias da revelação ou à própria natureza da informação, deva ser considerada como confidencial ou de propriedade da outra Parte, de uma Afiliada desta, ou de terceiros.
- 13.2. Todas as obrigações de confidencialidade previstas neste Contrato terão validade durante a sua vigência e até o período de 2 (dois) anos contados da data de sua extinção por qualquer motivo.
- 13.3. Sem prejuízo de suas demais responsabilidades, a Parte Receptora deverá:
 - 13.3.1. usar tais Informações Confidenciais apenas com o propósito de executar este Contrato;
 - 13.3.2. manter as Informações Confidenciais e revelá-las apenas aos seus empregados e prepostos, ou de suas Afiliadas, que tiverem necessidade de ter conhecimento sobre as mesmas para fins de execução do presente Contrato;
 - 13.3.3. proteger tais informações usando o mesmo grau de cuidado utilizado para proteger suas próprias informações confidenciais; e
 - 13.3.4. não fazer cópias por quaisquer processos, exceto aquelas imprescindíveis ao desenvolvimento de seus trabalhos.
- 13.4. A Parte Receptora deverá pedir autorização escrita da Parte Reveladora para revelar Informações Confidenciais a terceiros, agentes ou consultores, afora aqueles indicados no item 13.3.2 acima, permanecendo responsável pela manutenção da confidencialidade pelos mesmos.

- 13.5. Caso a Parte Receptora seja obrigada por lei, regulamento, ordem judicial ou de autoridades governamentais com poderes para tal, a divulgar qualquer Informação Confidencial, deverá comunicar tal fato imediatamente à Parte Reveladora, por escrito e anteriormente à referida divulgação, para que a mesma possa legalmente buscar impedir a divulgação.
- 13.5.1. Se a Parte Reveladora não obtiver sucesso na tentativa de afastar a obrigação de revelar a Informação Confidencial em tempo hábil, a Parte Receptora divulgará somente a parte da Informação Confidencial que está sendo requerida conforme previsto no item 13.5 acima, de forma restritiva ao necessário para atender à requisição.
- 13.6. Cada uma das Partes deverá devolver à outra Parte quaisquer Informações Confidenciais, sempre que solicitadas, ou quando não mais for necessária a manutenção do documento, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.
- 13.7. Ficam isentas de confidencialidade as informações que:
- 13.7.1. estavam na posse da Parte Receptora, livre de restrições, antes de sua revelação pela Parte Reveladora;
- 13.7.2. sejam ou se tornem de domínio público sem qualquer violação deste Contrato pela Parte Receptora; e
- 13.7.3. tenham sido legalmente obtidas pela Parte Receptora sem restrições quanto à sua divulgação no momento de sua revelação;
- 13.8. As Partes não terão qualquer responsabilidade pelas decisões tomadas pela outra Parte com base em Informações Confidenciais reveladas conforme esta Cláusula.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA INDEPENDÊNCIA DOS CONTRATANTES

- 14.1. Nenhuma das Partes poderá declarar que possui qualquer autoridade para assumir ou criar qualquer obrigação, expressa ou implícita, em nome da outra parte, nem representar a outra parte como agente, funcionário, representante ou qualquer outra função.
- 14.2. Este Contrato, em nenhuma hipótese, cria relação de parceria ou de representação comercial entre as partes, sendo cada uma inteiramente responsável por seus atos e obrigações.
- 14.3. Nenhuma disposição deste Contrato poderá ser interpretada no sentido de criar qualquer vínculo empregatício entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, bem como entre os empregados de uma parte e a outra parte.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

- 15.1. A vigência deste Contrato inicia-se na data de sua assinatura e o mesmo vigorará até 30 (trinta) dias após a desocupação do último Segmento contratado.
- 15.2. O Compartilhamento de cada Segmento contratado durante a vigência do presente Contrato terá prazo de contratação de 5 (cinco) anos e o início de sua vigência a partir da data de apresentação pela **CONTRATADA** do Comunicado Formal de Aprovação do Projeto de Instalação de cada infraestrutura compartilhada constituído pelo Termo de Liberação ou Desocupação de Infraestrutura Passiva, conforme modelo do ANEXO III.
- 15.2.1. O prazo de contratação do Compartilhamento de cada Segmento será renovado automática e sucessivamente por iguais períodos, salvo manifestação em sentido contrário de qualquer das partes, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do termo final do referido prazo ou de suas sucessivas renovações.

15.2.2. No caso da não renovação do referido Contrato, as Partes celebrarão o respectivo Termo de Encerramento contemplando o competente ajuste de contas, com a liquidação das obrigações contratuais vencidas e, proporcionalmente, quando for o caso, das obrigações em processo de vencimento, bem como apresentarão todos os documentos necessários ao fechamento técnico e econômico-financeiro do Contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

16.1. Caso haja qualquer discordância, divergência ou conflito relativamente ao objeto, interpretação ou cumprimento do presente contrato que não tenha sido solucionado, as partes se obrigam a observar o procedimento de instalação de Comitê de Resolução de Conflitos, doravante denominado Comitê, estabelecido na presente cláusula.

16.1.1. A resolução de conflitos por Comitê constitui forma método de resolução consensual de disputas que será observada antes de propositura de ação judicial ou administrativa.

16.2. Podem ser submetidos ao Comitê os conflitos que (a) versem sobre direitos disponíveis das Partes ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação e/ou (b) não digam respeito à matéria de ordem pública.

16.3. Questões que envolvam risco imediato à regular prestação de serviços aos usuários dos serviços públicos de telecomunicações por qualquer das Partes não precisarão ser submetidas ao Comitê.

16.4. Qualquer das Partes poderá notificar, por carta, a outra Parte na pessoa do diretor responsável da respectiva área de Atacado, comunicando seu interesse em instalar o Comitê.

16.4.1. Na notificação para instalação de Comitê, a Parte deverá indicar (a) quais temas serão submetidos ao Comitê; (b) sugestões de local; e (c) três datas para realização da reunião presencial do Comitê, exceto se de forma diversa for acordado entre os Diretores da Área de Atacado.

16.4.2. A data da reunião prevista no item 16.4.1 não poderá exceder o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

16.5. O Comitê será composto por 6 (seis) membros, sendo 3 (três) integrantes da **CONTRATANTE** e 3 (três) integrantes da **CONTRATADA**.

16.5.1. Cada Parte se obriga a indicar pelo menos um diretor, estatutário ou não-estatutário, para integrar o Comitê.

16.6. Os trabalhos do Comitê deverão ser registrados em Ata de Reunião do Comitê.

16.7. A não ser que acordado de maneira diversa pelo Comitê, não havendo resolução consensual do conflito no âmbito do Comitê nos 15 (quinze) dias úteis subsequentes à data da primeira reunião, mencionada no item 16.4.2, as Partes poderão, a qualquer tempo, recorrer aos órgãos administrativos e/ou judiciais competentes.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS ANTICORRUPÇÃO

17.1 Cada Parte declara neste ato que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, em especial o Foreign Corrupt Practices Act, - Act, 15 U.S.C. §§ 78dd-1 et seq. - ("FCPA") dos Estados Unidos da América ("Regras Anticorrupção"), comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção.

17.2 Cada Parte, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome, se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis. Na execução deste Contrato, nem qualquer das Partes, nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção ("Pagamento Proibido"). Um pagamento Proibido não abrange pagamento de despesas razoáveis e de boa-fé, tais como, exemplificativamente, despesas de viagem e hospedagem, que estão diretamente relacionados com a promoção, a explicação, demonstração ou de produtos ou serviços, ou de execução de um contrato com um governo ou suas agências, desde que o pagamento seja permitido pela legislação aplicável.

17.3 Cada Parte que, na presente data, não possuir um Código de Ética e Conduta próprio, declara neste ato por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome ou estão envolvidos no dia-a-dia de suas operações, que tem conhecimento e concorda inteiramente com os termos do Código de Ética da **CONTRATADA**, que passa a fazer parte integrante deste Contrato e não vai se envolver em qualquer ato ou omissão no cumprimento das responsabilidades estabelecidas no referido Código de Ética da **CONTRATADA**.

17.4 Para o caso de terceiros contratados pela **CONTRATADA** ou quaisquer de suas afiliadas, o Manual de Conduta de Terceiros Contratados, disponível no site <https://www.oi.com.br/oi/sobre-a-oi/empresa/informacoes/fornecedores>), passará a fazer parte integrante do presente Contrato.

17.5 Para os fins da presente Cláusula, cada Parte declara neste ato que:

(a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção;

(b) já tem implementado ou se obriga a implementar durante a vigência deste Contrato um programa de conformidade e treinamento razoavelmente eficaz na prevenção e detecção de violações das Regras Anticorrupção e dos requisitos estabelecidos nesta Cláusula;

(c) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação.

17.6 Qualquer comprovado descumprimento das Regras Anticorrupção pela Parte infratora, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar a rescisão motivada imediata do presente instrumento, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades previstas neste Contrato.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DA CONTRATAÇÃO

18.1 A **CONTRATANTE** tem pleno conhecimento de que o Serviço de Telecomunicação, prestado pela **CONTRATADA**, por meio de concessão outorgada pela ANATEL é um serviço prestado em regime público, de interesse coletivo, bem como que o mesmo é regulado por meio da Lei Geral de Telecomunicações – Lei n.º 9.472/97 e pelo Decreto n.º 9.619/2018, por outros que porventura venham a alterar ou mesmo substituir essas legislações, assim como outros regulamentos, atos, leis, portarias, normas atinentes ao aludido serviço, de forma que a **CONTRATANTE** reconhece que o objeto ora contratado, quando o bem for utilizado para a prestação do serviço objeto de sua

concessão, é indispensável para a continuidade da prestação de serviço no regime público, pela **CONTRATADA**.

18.2 A **CONTRATANTE** se obriga, em caso de extinção da concessão de prestação do Serviço de Telecomunicação pela **CONTRATADA**, a manter este Contrato e sub-rogar à ANATEL os direitos e obrigações dele decorrentes, e concorda desde já, que a ANATEL poderá sub-rogá-los a terceiros.

18.3 Em consonância com o art. 14 da Resolução n.º 447/2006 da ANATEL – ou outra que venha a lhe substituir ou alterar - a **CONTRATADA** se obriga quando o bem for utilizado para a prestação do serviço objeto de sua concessão:

18.3.1 a não onerar o bem contratado;

18.3.2 se houver Oneração decorrente de determinação judicial, a informar, tempestivamente, à autoridade judicial sobre a condição de bem indispensável para a continuidade da prestação de serviço no regime público;

18.3.3 se houver Oneração decorrente de determinação judicial, a informar à **CONTRATANTE** e à Anatel, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da notificação judicial, as providências tomadas;

18.3.4 se houver Oneração decorrente de determinação judicial, a informar à **CONTRATANTE** e à Anatel, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data de sua confirmação, a substituição do bem.

19. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

19.1 Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para o fim de dirimir eventuais questões que surgirem da execução do presente Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as Partes assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza os efeitos jurídicos dele esperados.

Rio de Janeiro, de de 20xx

CONTRATANTE

Procurador

Procurador

OI S.A., em Recuperação Judicial

V.TAL - REDE NEUTRA DE TELECOMUNICACOES S.A.

Testemunhas

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO I: PROCEDIMENTOS TÉCNICO-OPERACIONAIS DO COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA

Este Anexo define os procedimentos técnico-operacionais do Compartilhamento de infraestrutura.

1. SOLICITAÇÃO DE COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA:

- 1.1. Para solicitação do compartilhamento de infraestrutura, a **CONTRATANTE** deverá enviar à **CONTRATADA** o Formulário de Solicitação de Compartilhamento de Infraestrutura de Rede Básica Externa ("Formulário" - ANEXO II) corretamente preenchido, para formalização do registro do pedido, atribuição de número de identificação e encaminhamento para análise de disponibilidade.

- 1.1.1. O Formulário deverá ser enviado: (i) no caso de solicitações de compartilhamento de infraestrutura em município em que a **CONTRATADA** não for detentora de Poder de Mercado Significativo (PMS), para o endereço eletrônico pedidos.infra@oi.net.br ou através de sistema eletrônico colocado à disposição da **CONTRATANTE** pela **CONTRATADA**; ou (ii) no caso de solicitações de compartilhamento de infraestrutura em município em que a **CONTRATADA** for detentora de PMS, para o Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado (SNOA) obedecendo todas as regras definidas para tal pela Entidade Supervisora de Ofertas do Atacado (ESOA), salvo manifestação contrária da Anatel.
 - 1.1.2. Na hipótese de preenchimento incompleto ou incorreto de qualquer campo do Formulário, o mesmo será devolvido pela **CONTRATADA**, solicitando reenvio devidamente corrigido pela **CONTRATANTE**, sob a pena de ter a respectiva solicitação considerada cancelada.
 - 1.1.2.1. O prazo de 30 (trinta) dias úteis para a **CONTRATADA** apresentar o Estudo de Disponibilidade, mencionado no item 3.2.1 deste Contrato, será contado a partir do envio, pela **CONTRATANTE**, do Formulário devidamente preenchido, sendo que em caso de erro ou incompletude no preenchimento, o prazo da **CONTRATADA** será reiniciado, um dia útil depois de sanada a pendência informacional por parte da **CONTRATANTE**.
 - 1.1.3. Na hipótese de ser necessária informação adicional para a análise e resposta da solicitação, a **CONTRATADA** solicitará à **CONTRATANTE**, por escrito, em até 5 (cinco) dias após o recebimento do Formulário.
 - 1.1.3.1. A **CONTRATANTE** deverá prestar as informações solicitadas, conforme item 1.1.3. em até 5 (cinco) dias após o recebimento da resposta da **CONTRATADA**, sob a pena de ter a respectiva solicitação considerada cancelada.
 - 1.1.3.2. No caso de necessidade de informações adicionais, o prazo previsto no item 3.2.1. será interrompido e reiniciar-se-á um dia útil depois de sanada a pendência informacional por parte da **CONTRATANTE**.
 - 1.2. A solicitação de ocupação, expansão, redução ou mudança de Segmento deverá observar o disposto no item 1.1 acima e na Cláusula Terceira do Contrato.
 - 1.3. A solicitação de devolução de Compartilhamento de Segmento deverá observar o disposto no item 1.1 acima, sendo que a **CONTRATANTE** deverá incluir no Formulário o relatório fotográfico registrando a situação antes da desocupação e após a desocupação do Segmento.
 - 1.3.1. A interrupção da cobrança pelo uso do Segmento compartilhado dar-se-á 30 (trinta) dias após o recebimento pela **CONTRATADA** do Formulário e do relatório fotográfico corretamente preenchidos pela **CONTRATANTE**.
 - 1.3.2. Em até 15 (quinze) dias após a interrupção da cobrança será emitido pela **CONTRATADA** o Termo de Liberação ou Desocupação de Infraestrutura Passiva.
 - 1.4. O pedido de compartilhamento que envolva a utilização conjunta da Infraestrutura de Acesso Predial deverá ser objeto de contrato específico a ser estabelecido entre as Partes.
-
2. **DEFINIÇÃO DE PADRÃO DE PROJETO DE INSTALAÇÃO**
 - 2.1. O Projeto de Instalação a ser apresentado pela **CONTRATANTE** quando receber a Resposta da Solicitação de compartilhamento de capacidade excedente da infraestrutura da **CONTRATADA** deverá seguir os seguintes padrões:

- 2.1.1. elaboração de projetos em meio digital (Autocad) georeferenciado com todas as medidas e informações necessárias;
- 2.1.2. apresentação de ART de responsabilidade técnica e Memorial Descritivo do projeto; e
- 2.1.3. devem ser respeitadas as normas regulamentares vigentes.

3. PROCEDIMENTOS DE MANUTENÇÃO E DE INSTALAÇÃO

- 3.1. Os serviços de Manutenção Emergencial executados pela **CONTRATANTE** em seus equipamentos de telecomunicações, instalados no item compartilhado, deverão ser informados à **CONTRATADA**, no momento em que a equipe se deslocar para executar a referida Manutenção, para que a **CONTRATADA**, a seu critério, acompanhe ou não a execução das atividades.
- 3.2. Os serviços de Manutenção Preventiva a serem executados pela **CONTRATANTE** em seus equipamentos de telecomunicações, instalados no item compartilhado, deverão ser previamente informados à **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos, para que a **CONTRATADA**, a seu critério, acompanhe ou não a execução das atividades.
 - 3.2.1. O mesmo procedimento deverá ser observado para a Instalação de cabos e equipamentos.
- 3.3. Na execução das atividades deverão ser respeitadas as normas regulamentares vigentes.
- 3.4. Na execução da obra, a **CONTRATANTE** deverá ter seus cabos identificados em toda a sua extensão (marcação na capa plástica do cabo) e com etiquetas em todas as caixas subterrâneas que identifique a empresa e o código **CONTRATADA** do Projeto Técnico aprovado. Ao final da execução da obra, a prestadora deverá fornecer o “as built” da obra realizada.
 - 3.4.1. Para a **CONTRATANTE** ter acesso às caixas e iniciar a execução do projeto, deverá obter código de aprovação do projeto, juntamente com a autorização da segurança empresarial da **CONTRATADA** e acordar cronograma juntamente com a equipe de fiscalização que acompanhará a execução da obra.
- 3.5. Não será permitida caixa de emenda ou reserva técnica de cabos dentro das caixas subterrâneas. Se for necessário, a **CONTRATANTE** deverá construir, às suas expensas, sua própria caixa subterrânea ao lado ou nas proximidades para acomodar caixa de emenda e/ou reserva técnica. Também não será admitido compartilhar cabo lateral.
- 3.6. O descumprimento dos compromissos definidos nos itens acima sujeita a **CONTRATANTE** ao pagamento de multa prevista no item 9.3 do Contrato.

4. PROCEDIMENTO DE ATUALIZAÇÃO DA LISTA PARA ACESSO AOS ITENS COMPARTILHADOS

- 4.1. A **CONTRATANTE** deverá solicitar o acesso aos itens compartilhados, de acordo com os procedimentos de controle e segurança da **CONTRATADA**, observando, ainda, os prazos dispostos neste Contrato.

5. LISTA DE RECORRÊNCIA

- 5.1. A Lista de Recorrência de cada uma das Partes objetiva definir os contatos para comunicações relativas a atividades de manutenções emergenciais ou preventivas e de instalação e, ainda, dar suporte à outra Parte nos casos de emergência relativos à operação e manutenção das redes das Partes na infraestrutura objeto de Compartilhamento.

- 5.2. A Lista deverá ser composta por, pelo menos, 3 (três) níveis de recorrência com telefone e e-mail, e deverá ser enviada formalmente por cada Parte para a outra no prazo máximo de 15 (quinze) dias da assinatura deste Contrato.

ANEXO III – TERMO DE LIBERAÇÃO/DESOCUPAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PASSIVA

Marque a hipótese:

☐ LIBERAÇÃO

☐ DESOCUPAÇÃO

A **CONTRATADA**, em XX/XX/XXXX, disponibiliza para uso (cancela o uso) pela **CONTRATANTE** a INFRAESTRUTURA PASSIVA DE REDE EXTERNA BÁSICA referente ao Segmento, anexo, pertencente ao Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Passiva de Rede Externa Básica – **xxxxxxx** firmado em XX de xxx de 20xx, conforme tabela que segue:

| Segmento/Endereço Completo | Municípios | UF | Quantidade Total de CS (unidade) | quilometragem Total de Dutos (metros) |
|--|------------------------|-----------------|--|---|
| [INSERIR ENDEREÇOS DAS PONTA A E B SEGMENTO] | [INSERIR MUNICÍPIO] | [INSERIR UF] | | [INSERIR TOTAL] |

A **CONTRATADA** considera **liberadas (desocupadas)** para utilização da **CONTRATANTE**, as Infraestruturas Passivas de Rede Externa Básica pertencentes a **CONTRATADA** constantes no segmento destacado acima.

XXXX, XXX de XXXXXX de XXXX

Oi

Nome:
CPF.:

Nome:
CPF.: